



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO-VENCEDOR Nº 6380/2015**  
**PROCESSO MPF Nº 1.18.000.001334/2015-03**  
**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS**  
**PROCURADOR OFICIANTE: MARCELLO SANTIAGO WOLFF**  
**RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

**NOTÍCIA DE FATO. ADULTERAÇÃO DE SUBSTÂNCIA OU PRODUTO ALIMENTÍCIO (CP, ART. 272). REVISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.**

1. Notícia de fato instaurada para apurar adulteração da composição de sucos (CP, art. 272), mediante a adição de corantes artificiais, em desacordo com os padrões de identidade e qualidade físico-químico estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Revisão de declínio de atribuições.
2. A Lei nº 8.918/94, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, dispõe em seu artigo 2º que *“o registro, a padronização, a classificação e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou órgão estadual competente credenciado por esse Ministério, na forma do regulamento”*.
3. Os sucos devem atender à legislação específica, estando de acordo com definição, classificação, registro, padronização e requisitos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pois constituem em uma política pública federal, regida por um serviço público federal, que expressam o interesse da União na matéria.
4. Os critérios de produção de bebidas discriminados pela União visam garantir a qualidade do produto, haja vista que são produtos de grande aquisição humana com alto risco para saúde e meio ambiente e, por isso, sofrem restrito controle dos órgãos de governo. Cabe ao MAPA vistoriar as indústrias na produção, importação e exportação das bebidas, conforme estabelece o art. 1121 do Decreto 3.510/2000.
5. No caso, a investigada estava adulterando a composição de sucos, mediante a adição de corantes artificiais, em desacordo com os padrões de identidade e qualidade físico-químico estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, atentando assim contra serviço da União e contra os bens jurídicos (saúde e vida) que o sistema de produção visa proteger.
6. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Trata-se de Notícia de fato instaurada para apurar adulteração da composição de sucos (CP, art. 272), mediante a adição de corantes artificiais,

em desacordo com os padrões de identidade e qualidade físico-químico estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

O il. Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, com fundamento na ausência de ofensa a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal (fls. 51/54).

Os autos foram remetidos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do Enunciado nº 32.

É o relatório.

A atribuição para atuar no caso é do Ministério Público Federal e eventual crime é de competência da Justiça Federal, nos termos do artigo 109-IV da Constituição.

A legislação brasileira na área alimentícia é regida pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Lei nº 8.918/94, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, dispõe em seu artigo 2º que *“o registro, a padronização, a classificação e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou órgão estadual competente credenciado por esse Ministério, na forma do regulamento”*.

Assim, os sucos devem atender à legislação específica, estando de acordo com definição, classificação, registro, padronização e requisitos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pois constituem em uma política pública federal, regida por um serviço público federal, que expressam o interesse da União na matéria.

Cabe aos órgãos federais: ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a fiscalização do mercado de produtos oferecidos à população de maneira a identificar problemas e programar ações que evitem ou minimizem os riscos à saúde.

Os critérios de produção de bebidas discriminados pela União visam garantir a qualidade do produto, haja vista que são produtos de grande aquisição humana com alto risco para saúde e meio ambiente e, por isso, sofrem restrito controle dos órgãos de governo. Cabe ao MAPA vistoriar as indústrias na produção, importação e exportação das bebidas, conforme estabelece o art. 112<sup>1</sup> do Decreto 3.510/2000.

No caso, a investigada estava adulterando a composição de sucos, mediante a adição de corantes artificiais, em desacordo com os padrões de identidade e qualidade físico-químico estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, atentando assim contra serviço da União e contra os bens jurídicos (saúde e vida) que o sistema de produção visa proteger.

Com essas considerações, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos, com nossas homenagens, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Goiás, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante.

Brasília-DF, 21 de setembro de 2015.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Subprocuradora-Geral da República  
Titular - 2ª CCR/MPF

M

<sup>1</sup> Art. 112 - A inspeção e a fiscalização serão exercidas por Fiscal de Defesa Agropecuária, credenciado pelo órgão central da atividade do Ministério da Agricultura e do Abastecimento:

I - nos estabelecimentos de produção, importação, exportação, preparação, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, depósito, distribuição de bebidas, comércio, cooperativas, atacadistas, bem como portos, aeroportos e postos de fronteiras;